



Recebido: 09/09/2012
Aprovado: 21/11/2012
Publicado: 10/12/2012

1. Ler, Interpretar e Compreender o Texto Histórico: da Fala Para a Escrita, o Aparecimento do Discurso Como Acontecimento

Giselda Brito Silva¹

Neste trabalho procuramos levantar algumas questões em torno do texto histórico enquanto resultado da passagem da fala para a escrita e as possíveis alterações sofridas na transmissão dos registros dos eventos passados, que circulam de um código a outro, de um significado a outro. Ao final, a proposta é chamar a atenção para a questão da leitura, interpretação e compreensão dos textos históricos quando consideramos algumas observações levantadas por linguistas, particularmente observando as posições de Luiz Antônio Marcuschi e suas contribuições para o debate da passagem da fala para a escrita, e alguns mais ligados ao campo da hermenêutica, aqui percebidas a partir de Paul Ricoeur e suas reflexões a partir de uma teoria da interpretação.

Palavras-chaves: texto histórico, discurso, interpretação, hermenêutica.

Read, Interpret and Understand History Text: Speech To Writing, How the Emergence of Speech Event

In this paper we raise some questions about the historical text as a result of the passage of speech to writing and possible changes incurred in the transmission of records of past events, which move from one code to another, from one meaning to another. At the end, the proposal is to draw attention to the issue of reading, interpretation and understanding of historical texts when we consider some observations raised by linguists, particularly noting the positions of Luiz Antônio Marcuschi and their contributions to the debate of the passage speaks for writing and some more connected to the field of hermeneutics, perceived here from Paul Ricoeur and his reflections from a theory of interpretation.

Keywords: historical text, speech, interpretation, hermeneutics.

O historiador, desde sua formação inicial, passando pelo seu percurso no campo de pesquisa histórica e que desemboca no seu fazer historiográfico tende a ver o texto histórico como um documento escrito que abriga informações senão verídicas e/ou pelo menos aproximadas dos fatos do passado. Entretanto, tais documentos em geral são provenientes do processo de transcrição da fala para a escrita pelos personagens do passado, resultando num texto histórico que sofreu alterações entre os sentidos que possuía com a fala (que se dá num campo de



Recebido: 09/09/2012

Aprovado: 21/11/2012

Publicado: 10/12/2012

possibilidades dialógicas) e o novo sentido que adquire com a escrita (tornando-se discurso fixado). Temos aqui uma importante questão a refletir em torno de nossos textos históricos ou documentos escritos que merece uma discussão, visto que tais questões passam despercebidas a muitos historiadores no seu ofício de escrita da história.

Muito já se falou dos limites do texto histórico enquanto documento principal do trabalho do historiador, evoluindo-se para a ampliação e diversificação dos documentos históricos. No séc. XIX, o documento era sobretudo o texto. Mas, já na época, Fustel de Coulanges “sentia os limites desta definição” e, em 1862, na Universidade de Estrasburgo, passou a defender que “onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história”.^{II} Depois disso, particularmente após a década de 1920, com os *Annales*, houve uma ampliação do documento histórico, entendido que seria possível fazer a história com os documentos escritos e na falta desses se utilizar outros documentos que

a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.^{III}

Jacques Le Goff amplia a questão com um trecho do principal texto de Marc Bloch para o historiador, *A Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, fortalecendo nossa certeza da libertação dos limites dos documentos escrito, valendo a pena reproduzir na íntegra para embasar nossas reflexões e pelo qual Bloch teria dito que:

Seria grande ilusão imaginar que cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializados para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos.^{IV}

Depois dos *Annales*, de Bloch e outros representantes da Escola, é de se supor que no decorrer do século XX e mais ainda no XXI, a ampliação de objetos e documentos históricos seguiu à risca as dicas dos *Annales* e o historiador já não padece dos limites do documento escrito para suas pesquisas históricas pelas possibilidades de ampliação acrescidas de suas



Recebido: 09/09/2012
Aprovado: 21/11/2012
Publicado: 10/12/2012

imaginações e da arte de escrever a história com tudo que tenha as marcas e registros da ação humana.

Por outro lado, em que pese bastante essa compreensão atual da pluralidade de tipos de documentos à disposição do historiador, o texto escrito não perdeu sua importância. Do séc. XIX aos nossos dias, ampliamos nossa definição de textos históricos. Ampliamos nosso campo de interpretação e compreensão dos jornais, das cartas pessoais ou oficiais, dos documentos escritos de governos, de transcrições de atas de reuniões, de leis, de textos religiosos, policiais, escolares, familiares, de processos crimes, julgamentos e outros documentos judiciais, etc.

Com a ampliação dos textos históricos escritos também se ampliaram as questões de leitura, interpretação e compreensão desses textos desde sua produção à sua utilização para a escrita da história. Aqui, trataremos com maior atenção a questão da sua produção, enquanto texto que constitui o resultado de uma transcrição da fala para a escrita a partir dos próprios personagens ligados aos eventos.

O texto é o resultado de uma inscrição do pensamento ou da fala do ser humano em condição histórica. Nesse sentido, estaremos neste trabalho mais preocupados em perceber melhor a situação de alteração de significados que se dá no processo de transcrição da fala para a escrita, uma vez que nós, os historiadores, estamos sempre lidando com os textos escritos sem considerar que eles constituem um produto de resignificação dos eventos que se deram por ações e vozes do passado. Os jornais, as revistas, os documentos políticos, jurídicos, policiais e outros são em geral textos que materializam e organizam as falas envolvidas nos eventos, que se transformam em discursos fixados para a história.

Diz Paul Ricoeur (2011) que o texto é a plena manifestação da fala viva e a separação da significação relativamente ao evento passado. Entretanto, apesar do texto carregar consigo as marcas do evento e sua significação, ele sofre alterações importantes. Essa informação constitui um tópico crucial para nós historiadores que nos utilizamos de documentos escritos, em geral, limitando-nos a interpretar e analisar o discurso já fixado no documento escrito dito histórico, esquecendo que muitos deles são resumos, registros, organizações, documentos que representam falas e vozes como se eles contivessem a mesma mensagem. Observe-se que, segundo Ricoeur,

a mudança mais óbvia que tem lugar ao passar-se da fala para a escrita diz respeito à relação entre a mensagem e o seu meio ou canal. À primeira vista, concerne apenas a esta relação mas, numa análise mais atenta, a primeira alteração irradia em todas as direções, afetando de modo decisivo todos os



Recebido: 09/09/2012
Aprovado: 21/11/2012
Publicado: 10/12/2012

fatores e funções. A nossa tarefa será, por conseguinte, avançar desta mudança central para os seus vários efeitos periféricos. Enquanto simples mudança na natureza do meio de comunicação, o problema da escrita é idêntico ao da fixação do discurso em qualquer suporte exterior, seja a pedra, o papiro ou o papel, que é diferente da voz humana.^V

Sob sua ótica, no processo de transcrição da fala para a escrita, a ação humana desaparece e ficam as marcas materiais que transportam a mensagem provando mudanças na comunicação e seus resultados. Isso porque a transcrição da fala para a escrita é uma realização que envolve o cultural, a política e o social. Para Ricoeur, nesse processo, a fala transcrita se torna discurso e nessa mudança o evento aparece e desaparece. Sendo só por extensão que fixamos por inscrição o alfabeto, o léxico, a gramática e que estão a serviço daquilo que de fato podemos fixar e que é o discurso.

Nesse sentido, nós (os historiadores) teremos muitas dificuldades para negar que o texto histórico é um discurso fixado que nos chega na forma textual, em geral proveniente da fala, sendo necessário algum trabalho de análise do discurso para interpretação e compreensão seguida da escrita da história para leitura do presente. O texto é a exteriorização da fala que se fixa. Também se pode ampliar para a exteriorização do pensamento e das ideias, contudo não vamos aqui adentrar nesse âmbito. Ficaremos apenas com a questão da transposição da fala para a escrita. Observe-se que aqui não estamos adentrando na questão acerca da importância entre a fala e da escrita para o campo historiográfico ou linguístico, enquanto transmissor da mensagem. Estamos discutindo a questão da alteração da mensagem quando os eventos saem do campo da oralidade e vão para a fixação da escrita, assumindo que eles aí se tornam discursos abertos à análise do historiador para em seguida chegar ao campo da interpretação e compreensão.

Isso porque concordamos com os que defendem que nessa mudança da fala para a escrita, como vimos dizendo, ocorre uma série de alterações. E, como nos diz Ricoeur, o texto não é apenas a mudança do meio onde a voz humana, a face e os gestos são substituídos por sinais materiais diferentes do corpo do locutor, são também o resultado de mudanças históricas.^{VI} Ou seja, o texto é mais do que mera fixação material da voz humana, é o pensamento humano trazido à escrita sob novas possibilidades de se pensar e dizer os eventos. Para Ricoeur, a mudança mais óbvia ao passar-se da fala para a escrita é a relação entre a mensagem e o seu meio ou canal, que irradia em todas as direções afetando de um modo decisivo todos os fatores e funções da comunicação. Esta seria a mudança central e que tem vários efeitos periféricos.^{VII} Estas são observações bastante pertinentes para a discussão acerca



Recebido: 09/09/2012
Aprovado: 21/11/2012
Publicado: 10/12/2012

da veracidade de informação que se pressupõe estejam contidas nos documentos escritos com os quais os historiadores lidam todos os dias e que, muitas vezes, os utilizam para legitimar o que dizem as falas que viveram e/ou ouviram falar do evento no seu tempo.

A escrita é muito mais do que simples mudança de meio onde a voz humana, a face e os gestos são substituídos por sinais materiais diferentes do corpo do locutor. Assim, a escrita suscita um problema específico, já que não é apenas a fixação de um discurso oral prévio. Da fala para a escrita surge um atalho entre a significação do discurso e o meio material. Daí a alteração da mensagem.^{VIII}

A relação entre a mensagem e o locutor é profundamente alterada porque se substitui a relação face-a-face por uma mais complexa escrita-leitura. A situação dialógica foi destruída. Com o discurso inscrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir. A dissociação da significação verbal do texto e da intenção mental do autor dá ao conceito de inscrição o seu significado decisivo, para além da mera fixação do discurso oral prévio.^{IX} O que o texto significa agora interessa mais do que o autor quis dizer, quando o escreveu.

Esse aspecto deve ser levado em grande consideração em nosso trabalho de ler, interpretar e compreender o texto. Passamos a ter no texto o que alguém quis dizer para alguém de alguma coisa. Nesse momento, surge o que Ricoeur chama de “A autonomia semântica do texto”, o seu auditório. Ou seja, quando o texto se abre à potencialidade do leitor, dito mais, do leitor que sabe ler, condição sociológica da leitura. A significação do texto se abre a um número indefinido de leitores e de interpretações.^X A dinâmica da interpretação seria, então, a convergência do direito do leitor e do direito do texto numa importante luta.^{XI}

É importante dizer que não estamos aqui a serviço da desconstrução de nossos documentos históricos, mas, procurando destacar os já debatidos questionamentos acerca da importância que o documento escrito assume perante os documentos orais, as falas enquanto registro dos eventos. Estamos interessados em destacar a necessidade de se compreender o texto histórico a partir da análise de um discurso fixado e que altera a mensagem quando elas possuem suas origens marcadas por falas.

Diante destas questões muito podem nos ajudar os linguistas. Segundo Luiz Antônio Marcuschi, da UFPE, para se compreender um texto devemos, inicialmente, compreender sua produção. Isso porque só compreendermos o que interpretamos. Uma coisa não está dissociada da outra. Para ele, o texto e a fala são duas formas de dizer, não sendo aceitável nenhum tipo de hierarquia entre um e outro, exceto quando estamos falando de situações de



Recebido: 09/09/2012

Aprovado: 21/11/2012

Publicado: 10/12/2012

dominação social, cultural, política e outras que impõem certa superioridade e status à escrita como registro mais crível do que a fala.

Mas, quando lhe perguntamos sobre a questão da transcrição da fala para a escrita, voltamos às posições já indicadas com Ricoeur acerca das possíveis alterações da mensagem. Para Marcuschi (2001) a fala e a escrita são dois textos. Daí, continua ele, temos um processo de transcrição e retextualização quando passamos da fala para a escrita, envolvendo as questões da transcrição e da transcodificação e que estão ligados à uma dada cultura e sociedade que sofrem alterações nessa passagem.

Para Marcuschi a alteração se dá porque antes de qualquer atividade de transformação textual (da fala para a escrita) ocorre uma atividade cognitiva, denominada compreensão do texto anterior, resultando em alterações do código e dos sentidos. Ou seja, transcrever da fala para a escrita requer uma primeira interpretação e transcodificação, que é passar de um código a outro, de um sentido a outro, alterando-se a mensagem. Daí, continuando com nosso linguista, a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem, mas de uma ordem para outra ordem.^{XII} Não podemos desconsiderar essa questão porque, como diz Marcuschi,

mesmo considerando a enorme e inegável importância que a escrita tem nos povos e nas civilizações ‘letradas’, continuamos, povos orais. A oralidade jamais desaparecerá e sempre será, ao lado da escrita, o grande meio de expressão e de atividade comunicativa. A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta de nossa iniciação à racionalidade e fator de identidade social, regional, grupal dos indivíduos.^{XIII}

Os eventos da história estão profundamente marcados pela presença da oralidade como ação, como práticas, como vozes, como registros. E, em geral, nos chegamos apenas na forma escrita e esquecemos de supor que essa forma já constitui o resultado de uma primeira interpretação dos eventos transformados em discursos. Peguemos mais um exemplo fornecido pelo Marcuschi para aprofundar essa questão no âmbito do documento escrito próprio dos enfoques da história política:

Suponhamos que o documento seja a proposta governamental de um texto de Lei que vai ser primeiro debatido em plenário na Câmara dos Deputados, recebendo emendas; depois será discutido nos jornais, na TV e no rádio para, finalmente, ir à votação e rever uma versão escrita final. Imagine-se quantas modificações ocorreram nesse processo de retextualização a ‘múltiplas mãos’ que foi, em princípio, uma ação de reescrita, [...] o movimento de um texto oral, para um escrito e para outro escrito^{XIV}



Recebido: 09/09/2012

Aprovado: 21/11/2012

Publicado: 10/12/2012

Lembrando que a origem desse documento governamental vem do campo oral e que muitas vezes representa diálogos entre o povo e seus interpretes políticos que transformam essa comunicação em um texto para ser apresentado como Projeto de Lei, sendo debatido, sofrendo alterações para, finalmente, ser aprovado, tornando-se um documento histórico. Esse exemplo é comum na história política do Brasil e de outros países. Ou seja, é importante considerar com mais cautela e atenção a questão da interpretação e compreensão dos textos históricos, observando-se as condições de produção e o que está envolvido na sua reprodução, seja um jornal, uma carta, um bilhete, um poema. Pois, como diz Marcuschi, é importante pensar as questões da retextualização já que

nestes casos estamos fazendo retextualizações de uma modalidade de uso da língua para outra, ou seja, estamos mudando o texto falado em escrito ou o contrário. Mas também ocorre que temos transmitir na forma de uma carta o que lemos numa notícia de jornal. Ou então passar para um bilhete o que ouvimos numa reunião. Ou contar em prosa o que lemos num poema. A reprodução do conteúdo de um texto mudando da fala para a escrita ou da escrita para a fala ou mudando um gênero textual em outro é uma técnica muito boa para tratar integradamente a produção e compreensão de texto. Com isso encara-se a compreensão de texto como uma forma de produção de texto.^{xv}

Os sentidos estão sempre sendo modificados quando passamos de um código a outro, de um gênero textual a outro, de uma interpretação a outra. Há um fluxo, uma dinâmica a ser observada nos textos históricos e que somente aparentemente parecem estar fixos enquanto texto histórico escrito, é um engano supor que somente a partir daí o texto histórico deverá ser objeto de análise, interpretação e compreensão. O processo se dá bem antes.

Ou seja, o que queremos alargar é nossa percepção acerca da importância da interpretação do texto histórico, enquanto consciência de uma segunda e/ou terceira e até quarta interpretação. Evitando-se a ideia de que estamos diante do registro mais próximo e fiel do evento. Os textos partem de falas, de vozes, de pensamentos; são resultados de práticas culturais, políticas e sociais transcritas, interpretadas e também provenientes de um campo de compreensão. Ler significa prolongar, estender e ampliar a compreensão que já lá está.

Na sequência, somos o leitor do texto histórico e lhe imputamos uma nova alteração. Mas, devemos antes perceber os sentidos que estão envolvidos na construção de um texto. Há toda uma complexidade na leitura e na compreensão do texto a serem levadas em consideração, como nos diz Ingedore Koch (2006), no seu livro: *Ler e Compreender*, quando nos diz que muita coisa está envolvida nessa tarefa. E que, aqui procuramos levar para a constituição,



Recebido: 09/09/2012

Aprovado: 21/11/2012

Publicado: 10/12/2012

leitura, interpretação e compreensão do texto histórico. Nesse sentido, consideramos a hermenêutica e a linguística dois campos que podem ajudar o historiador nessas questões.

De modo inconcluso, pois a intenção aqui é que estas reflexões se larguem, nós, os historiadores, estamos sempre nos deparando com textos históricos, que nos levam à pensar na questão dos sentidos e dos significados, da relação entre textos, entre a fala e o texto, aproximando-nos da linguagem e do campo de interpretação. Eis a importância e o espaço da linguística e da hermenêutica para a história. Desta última temos muitas contribuições. Da linguística, contudo, acreditamos que essas aproximações ainda são muito tímidas, apesar de algumas discussões sobre a semiótica e a análise do discurso. Já com a hermenêutica temos tido mais debates, como bem lembra Julio Bentivoglio (2007), ao tratar da importância dessas

aproximações para benefício da história, ao mesmo tempo nos indicando alguns lugares de leitura para essa interpretação e compreensão dos textos históricos:

Poucos autores discutiram a relação entre história e hermenêutica, podendo-se indicar, em especial, as reflexões mais rigorosas de Gadamer (2002) e Koselleck (2006)³¹ e, também, as contribuições de Verena Alberti (1996) e de Edmárcio Testa (2004). Mas, longe de querer esgotar tema tão complexo e amplo, o propósito aqui é o de retomar algumas pistas para evidenciar a presença da hermenêutica no aperfeiçoamento e definição de um método específico para a história.^{xvi}

Fechamos nossas discussões com essa citação porque são afirmativas com as quais compactuamos, por considerar ser nosso ofício lidar com textos históricos e, conseqüentemente, com o campo da leitura, da interpretação e da compreensão na história, vendo nos autores que expus aqui no texto lugares importantes para pensarmos as questões aqui levantadas.

Notas

¹ Professora da Graduação e Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: gibrs@uol.com.br

² Ed.1901,p.245, Apud, GOFF, Jacques Le. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 539

³ GOFF, Jacques Le. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 540

⁴ BLOCH, Apud, GOFF, Jacques Le. História e Memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. p. 540

⁵ RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 43.



Recebido: 09/09/2012
Aprovado: 21/11/2012
Publicado: 10/12/2012

^{VI}RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 45.

^{VII}RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 43.

^{VIII}RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 45.

^{IX}RICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 47.

^XRICOEUR, Paul. Teoria da Interpretação. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 49.

^{XI}(Idem)

^{XII}MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2 São Paulo: ed. Editora Cortez, 2001. p. 47.

^{XIII}MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2 São Paulo: ed. Editora Cortez, 2001.

^{XIV} Idem.

^{XV} MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 2 São Paulo: ed. Editora Cortez, 2001.[o grifo é nosso].

^{XVI}BENTIVOGLIO, Julio. História e Hermenêutica: a Compreensão como um fundamento do método histórico – percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. In: Opsi, Vol. 7, Nº 9, Jul-Dez 2007.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, 17, p. 31-57, 1996.

BENTIVOGLIO, Julio. História e Hermenêutica: a Compreensão como um fundamento do método histórico – percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. In: **Opsi, Vol. 7, Nº 9, Jul-Dez 2007**.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 2001, 2002. 2.v.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e Leitor. Aspectos Cognitivos da Leitura**. Campinas, Pontes, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOCH, Ingedore villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo, Cortez, 2002.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2 São Paulo: ed. Editora Cortez, 2001.

_____. Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: R. Zilbermann & E.T. da Silva (Orgs). **Leitura: Perspectivas Interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1988. pp. 38-57.



Recebido: 09/09/2012
Aprovado: 21/11/2012
Publicado: 10/12/2012

POSSENTI, Sírio. A leitura errada existe. **Estudos Lingüísticos/Anais de Seminários do GEL, XIX.** Bauru, Unesp, 1990. p. 558-564.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação.** Lisboa: Edições 70, 2011.